

Em audiência pública promovida pela Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados nesta quinta-feira (7) sobre a regulamentação da profissão de “personal bronze”, que realiza bronzamento artificial, o Conselho Federal de Medicina (CFM) alertou para os riscos da prática no País, que tem alta incidência de câncer de pele, e se manifestou contra a regulamentação da atividade como profissão. A Sociedade Brasileira de Dermatologia (SBD) também participou do debate e demonstrou preocupação.



A conselheira federal do CFM Yáscara Lages ressaltou que os dados do Instituto Nacional de Câncer (Inca) são alarmantes: o câncer de pele representa 32% de todos os casos de câncer no País entre 2023 e 2025, totalizando aproximadamente 250 mil novos registros por ano. Essa incidência corresponde a um risco estimado de cerca de 102 casos para cada 100 mil habitantes e afeta tanto homens quanto mulheres.

“São 9 mil novos casos de melanoma, que é um câncer mais agressivo, por ano, com taxa de mortalidade de 25%. Fica claro que o reconhecimento de uma profissão que regulamenta um incentivo a práticas sabidamente nocivas sem respaldo técnico ou legal é prejudicial ao País. São milhares de novos casos de câncer todos os anos com significativa mortalidade e elevado custo e sobrecarregamento do sistema de saúde”, observou.

A integrante do CFM disse que se sensibiliza diante das profissionais do ramo do personal bronze, porque atuam e tiram o seu sustento da sua atividade. Mas, por outro lado, destacou que a forma de renda das pessoas não pode ser às custas da saúde da população, provocando o adoecimento das pessoas. “Quando se coloca alguém dentro de uma daquelas máquinas de bronzamento, você dobra a dose de exposição dela à radiação. É um contrassenso estimular esse tipo de atividade na sociedade. Quem trabalha com saúde trabalha contra a incidência de câncer”, afirmou.

Yáscara recomendou que sejam intensificadas políticas de educação em fotoproteção e prevenção, sempre respaldadas pela ciência, que mostra os malefícios que a radiação ultravioleta pode causar. “Essa proteção não admite retrocessos ou facilitação de comportamento de riscos para o câncer de pele do Brasil. Pedreiros, lavradores, entre outros, sofrem com câncer por trabalhar ao longo de anos sob o sol. Temos que pensar sempre na saúde da população”, disse.



Ela lembrou que há campanhas, como o “Dezembro Laranja”, que realiza mutirões de atendimento com consultas gratuitas com dermatologistas para avaliação da pele e detecção de possíveis lesões. “É de dar pena, muitas vezes, a situação em que encontramos trabalhadores expostos ao sol, que precisam ter acesso à proteção solar para trabalhar, seja pelo filtro solar ou por roupas adequadas”, explicou.

Fumo - Durante a audiência pública, Yáscara comparou a possível regulamentação da profissão de “personal bronze” com a questão dos cigarros no Brasil. Segundo ela, o País se esforçou por um longo período para diminuir a quantidade de fumantes, o que resultou na queda do câncer de pulmão.

“A gente passou anos fazendo campanhas antitabagismo e conseguimos diminuir significativamente a incidência de câncer de pulmão. E, agora, por conta de uma pressão não sei de onde, possivelmente econômica, estamos vendo também a possibilidade de aprovação do uso do cigarro eletrônico, que mata muito mais rápido que o cigarro antigo tradicional. O que a gente precisa é de campanhas que reforcem para as pessoas que é necessário se proteger da radiação solar. Temos que proteger a população do sol que já temos o ano inteiro e não aprovar e regularizar máquinas de bronzamento e atividades profissionais que estimulam a prática”, declarou.

Fonte: [Portal CFM](#), em 08.08.2025.

Legismap Roncarati

Na Câmara, CFM alerta para riscos do bronzamento artificial e reforça posição contrária à criação da profissão de “personal bronze”
